

têm impacto na formulação de políticas públicas. Movimentos sociais, segundo o autor, têm poder porque como “interesses organizados”, eles controlam recursos úteis para os políticos – em contraste com o público em geral, que é indiferente. Sob regimes democráticos, questões em que a opinião pública tem posições marcadamente mais fortes, os legisladores tendem a favorecer políticas que a satisfaçam em detrimento às demandas de advocates. Tal tendência é ainda mais forte em períodos eleitorais, conclui o autor. (Burstein, 2013)

Estudiosos costumam caracterizar a resposta do Congresso à opinião pública como refletindo a opinião e legislando de acordo ou manipulando a opinião para fins políticos (Costain & Majstorovic, 1994). Quando o ambiente político mais amplo contém um movimento social ativo e de alto perfil, com rápidas mudanças na opinião pública ocorrendo, a relação entre o Congresso e a opinião parece ser menos unidimensional do que essas opções sugerem. Para testar a relação entre o Congresso e a opinião pública sobre questões de direitos das mulheres, Costain e Majstorovic codificaram e analisaram os dados de eventos do New York Times que narram o grau de agitação em nome dos direitos das mulheres, 1950-86. Em seguida, examinaram a atividade legislativa sobre leis que abordam as mulheres como grupo e a opinião pública sobre o papel político das mulheres. Essas medidas foram usadas para avaliar interpretações alternativas da relação entre o Congresso e a opinião pública. Usando um modelo de mínimos quadrados de três estágios reforçado por vários estudos de caso da atividade parlamentar sobre leis que tratam de questões femininas, autoras concluem que durante o período em que havia um movimento de mulheres ativo, a relação entre o Congresso e a opinião pública era recíproca. O Congresso e o movimento de mulheres competiam pela liderança da opinião pública. O Congresso tanto liderou a opinião quanto a seguiu, trazendo mudanças mais rápidas e menos previsíveis do que em períodos normais de política de grupos de interesse.

Os dados sobre o processo de ratificação do Equal Rights Amendment (ERA) em nível estadual foram usados pelas autoras Soule e Olzak para abordar os principais debates teóricos sobre o papel dos movimentos sociais, da opinião pública e do clima político nos resultados das políticas (Soule & Olzak, 2004), com o objetivo de testar a afirmação de que esses fatores dependem uns dos outros. Organizações de movimentos sociais,